14.03.06 Prefeito d. 498



### PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

#### ESTADO DO PARANÁ

Telefax (044) 3523 - 23.30 -

CNPJ. 79.869.772/0001-14 e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br

www.camaracm.com.br

Vereadora MARLA TURECK DINIZ

vereadora marlatureck a camaracm.com.br

Bancada do PSDB

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO 095

Protocolo Nº 321/2006

Campo Mourão, 02/03/06 Horas 17

DESPACHADO FAVORAVELMENTE

Sala das sessões.

PRESIDENTE

A Vereadora que subscreve, ao usar das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, após lido em Plenário, requer à Mesa, o envio de ofício ao Senhor Prefeito NELSON JOSÉ TURECK, INDICANDO que, através da Secretaria da Mulher e em convênio com empresas privadas ou entidades de assistência social, criem um RESTAURANTE COMUNITÁRIO com preços acessíveis à população de baixa renda.

#### **JUSTIFICATIVA**

Com a criação deste restaurante estaremos beneficiando a população que se desloca até o centro e não tem condições financeiras de fazer sua refeição nos restaurantes locais. Com a administração deste restaurante sendo repassado para a iniciativa privada, não haverá custos para a Municipalidade.

Pede deferimento

SALA DAS SESSÕES, em 02 de março de 2006.

MARLA TURECK DINIZ

# A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

SOBRE A MATÉRIA:	
(X) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.	
( ) existe o registro de súmula por outro Vereador, em anexo.	
- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:	
( ) Não	
( ) Sim, Conforme anexo	
- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:	
(X) não há qualquer óbice.	
( ) a proposição é idêntica a outra (anexo) ( ) Já aprovada (167, I, a RI) ( ) Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b) ( ) Já transformado em diploma legal (167,I,C)	
( ) a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.	
( ) Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.	
- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.	
(X) não há qualquer óbice.	
( ) a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.	
( ) a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº	
( ) a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.	
( ) a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.	

Campo Mourão, 03 de MARÇO de 2006.

ELIAS DA SILVA Chefe da Divisão Legislativa



## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

### ESTADO DO PARANÁ

www.camaracm.com.br

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria Jurídica

### PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

( ) Indicação Legislativa nº /2006 (	) Projeto de Lei nº/2006 ) Projeto de Resolução/2006 ) Emenda à L.O.M. nº/2006 ) Moção nº/2006
AUTOR (ES):	
OCORRÊNCIAS:	
Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legali	dade.
( ) Verificação de Prejudicialidade.	
( ) Vício de competência da matéria. Competência do (a)	
( ) Vício de origem. Competência privativa do (a)	
( ) Inconstitucional por ferir:	
( ) Inorgânico por ferir:	
( ) llegal por ferir:	
( ) Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade atravé	s de emendas
( ) Necessário corrigir nos seguintes pontos:	45
( ) Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica	L
( ) Parecer Jurídico em anexo.	
( ) Diligências necessárias ou sugeridas:	
( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao dis	sposto no artda LDO.
( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao dis	sposto no artdo PPA.
Parecer prolatado em 3 / 03 /2006.	
	Emendas em anexo. Substitutivo em anexo. Diligências.
GIOVANE JOSÉ MA Assessor Jurídico – DAE	RTINS B/PR 31.312